

O que as águas não levam? Inspirações ecofeministas decoloniais para coexistir em tempos de crise

What the waters do not carry away? Decolonial ecofeminist inspirations for coexisting in times of crisis

¿Lo que las aguas no se llevan? Inspiraciones ecofeministas decoloniales para coexistir en tiempos de crisis

 **Alíssia Gressler Dornelles**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.

Email: alissiagd@gmail.com

 **Adriane Roso**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.

Email: roso@ufsm.br

 **Jodéli Fabiana Dreissig**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.

Email: jodelidreissig@gmail.com

 **Camila dos Santos Gonçalves**

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana, RS, Brasil.

Email: camilagoncalves@unipampa.edu.br

RESUMO

As inundações ocorridas no Rio Grande do Sul, Brasil, em 2024, nos convocam a reconsiderar os modos como organizamos a vida coletiva e construímos diálogos na diversidade. A partir do engajamento em espaços de acolhimento para pessoas afetadas pelo desastre, este ensaio examina criticamente as relacionalidades entre humanos e não-humanos no contexto das adversidades provocadas por uma catástrofe socioambiental. Destacamos nuances fundamentais da crise político-ecológica contemporânea. Nossa análise baseia-se em registros de diário de campo, servindo como fundamentação empírica para as reflexões apresentadas. Por meio da Psicologia Social Crítica e do Ecofeminismo Decolonial, exploramos possibilidades de reimaginar formas de (co)existência, relacionalidade e convivialidade. Como caminhos para transformação, defendemos o investimento no entrelaçamento de subjetividades, coletividades e espaços comuns, onde a esperança, a resistência e a busca por dignidade são cultivadas nas práticas comunitárias, promovendo alternativas de existência que desestabilizam as bases epistêmicas e materiais da dominação capitalista e colonial.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica; Ecofeminismo; Decolonialidade; Desastres Socioambientais; Mulheres.

ABSTRACT

The floods that impacted Rio Grande do Sul, Brazil, in 2024, urge us to critically reconsider how we organize collective life and construct dialogues within diversity. Grounded in engagement within shelter spaces for individuals affected by the disaster, this essay seeks to critically examine human and non-human relationalities in the context of adversities driven by a socio-environmental catastrophe. We foreground key nuances of the contemporary political-ecological crisis. Our analysis draws upon field diary, serving as empirical grounding for the ensuing reflections. Through Critical Social Psychology and Decolonial Ecofeminism, we explore possibilities for reimagining forms of (co)existence, relationality, and conviviality. As pathways to transformation, we advocate for investing in the interweaving of subjectivities, collectivities, and shared spaces, where hope, resistance, and the pursuit of dignity are cultivated in community practices, fostering alternative modes of existence that disrupt the epistemic and material foundations of capitalist and colonial domination.

Keywords: Critical Social Psychology; Ecofeminism; Decoloniality; Socio-environmental disasters; Women.

RESUMEN

Las inundaciones en Rio Grande do Sul, Brasil, en 2024, nos invitan a reconsiderar críticamente cómo organizamos la vida colectiva y construimos diálogos en la diversidad. Desde el involucramiento en espacios de acogida para personas afectadas por el desastre, este ensayo examina críticamente las relacionalidades entre humanos y no humanos en contexto de adversidades provocadas por una catástrofe socioambiental. Destacamos matices fundamentales de la crisis político-ecológica contemporánea. Nuestro análisis se basa en registros de diario de campo, sirviendo como fundamento empírico para las reflexiones presentadas. Mediante la Psicología Social Crítica y el Ecofeminismo Decolonial, exploramos posibilidades de reimaginar formas de (co)existencia, relacionalidad y convivencia. Como caminos hacia la transformación, defendemos la inversión en el entrelazamiento de subjetividades, colectividades y espacios comunes, donde esperanza, resistencia y búsqueda de dignidad se cultivan en prácticas comunitarias, promoviendo alternativas de existencia que desestabilizan las bases epistémicas y materiales de dominación capitalista y colonial.

Palabras clave: Psicología Social Crítica; Ecofeminismo; Descolonialidad; Desastres socioambientales; Mujeres.

Introdução

Terra e água: base constituinte das múltiplas espécies que habitam nosso planeta. Se as existências dizem respeito à matéria viva, aludem também às relações que se estabelecem entre humanos e não humanos e às possibilidades de sobreviver, conviver e reconhecer subjetivamente, sendo esse processo atravessado pelas ações, narrativas e discursos sustentados no tecido social. Há infinitas formas de narrar os acontecimentos, as existências e as relações, e a maneira como narramos não é sem efeitos. Terra e água, no território geopolítico do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, reforçaram certas representações sociais, mas, também, adquiriram novas dimensões e características a partir das enchentes e inundações¹ vivenciadas em maio de 2024. Chuvas, deslizamentos, lama, choro. “*A água levou tudo*”, disse uma colega de trabalho, referindo-se à situação de sua família e de seus pais, já idosos, que moravam em uma casa no interior de um município do Estado fortemente atingido. Essa expressão, com algumas variações, foi repetida por muitas pessoas e testemunhada por tantas outras. Territórios devastados, subjetividades e narrativas que ainda hoje continuam tentando elaborar inúmeras perdas e possíveis traumas.

Há mais de um ano do “maior desastre natural” da história do Rio Grande do Sul (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2025, p. 8), há quem diga que tudo isso passou, que é preciso reerguer a economia do Estado. Não nos enganemos com o que é visível na superfície. Nada está como antes. E não será. A

experiência perturbadora da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) já nos mostrou que o “novo normal” não é tão novo, nem tão normal. Há que se pensar em outras formas de habitar (com) os territórios, de fazer mundo, como refere Bruno Latour (2020).

Mas, diante do caos, também foi possível testemunhar movimentos e mobilização, evidenciando que ninguém consegue enfrentar nada, especialmente uma catástrofe, sozinha(o). Daí a importância de considerarmos as relações, especialmente quando buscamos compreender os fenômenos através das lentes da Psicologia Social Crítica, para a qual a noção de relação comporta sempre uma dimensão dialética, ou seja, a existência de, ao menos, dois lados em qualquer situação (Guareschi, 2012), seja nas relações de poder, saber e dominação; seja nas relações de interdependência, colaboração e cooperação. Mais ainda quando nos apoiamos em contribuições da perspectiva ecofeminista decolonial, que situa a crítica ao patriarcado colonialista, capitalista e neoliberal, bem como a resistência, o ativismo e a interseccionalidade como polos centrais em suas análises (Gain, 2025; Mendoza, 2014).

Experenciamos uma catástrofe climática e também política, como bem colocado pelas autoras Bruna Ghiorzi, Karem Pires e Manuelli Tomasi (2026). Foi no encontro com esse recente cenário de desastre, acolhendo pessoas desalojadas, atuando como voluntárias em diversos espaços sociais (abrigos temporários, escolas) que despertamos para uma profunda e inquietante reflexão sobre o mundo em que vivemos, ou melhor, sobre os mundos que estamos construindo. Pois, desde um paradigma epistemológico crítico, sabemos que a realidade não é única e absoluta para todas(os) nós. Não há como negar, principalmente num mundo pós-pandêmico e de crescente movimentos de extrema direita, que precisamos apostar na possibilidade de mundos alternos e, seguindo o pensamento de Cauquelin (2011), nos interrogarmos sobre o motivo pelo qual não podemos aceder a estes mundos.

Todavia, alguns elementos em comum perpassam as diferentes maneiras de viver, de estar na Terra. Isso porque somos seres que constroem representações sociais sobre as pessoas, o mundo e os objetos por meio da linguagem, que é relacional e dialógica. Portanto, precisamos de elementos comuns e familiares para que consigamos nos comunicar e sobreviver diante desses cenários. Assim, para enfrentarmos os efeitos das emergências climáticas precisamos, acima de tudo, repensar os modos como temos vivido em sociedade e como dialogamos umas(uns) com as(os) outras(os).

As enchentes de maio de 2024 podem ter “levado tudo”, mas também trouxeram à superfície o descaso com certas vidas que, na maioria das vezes, são classificadas como não-humanas. Junto à desumanização, vem também resistências e invenções de vida. Muitas histórias têm sido contadas e recontadas, num esforço de trabalhar as marcas e os traumas que ficaram, na tentativa de se reinventar. A estória de Yara², discutida no evento científico “Temas em Debate”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em junho de 2025, ilustra o “abandono e [...] a negligência, [...] a desconexão entre a vida urbana e a natureza, como se a cidade estivesse voltada apenas para o concreto e asfalto” (Ghiorzi et al., 2026, p. 3).

Diante deste “encontro com Yara”, sentimo-nos verdadeiramente compelidas a construir um diálogo com suas interrogações. Talvez justamente porque essa narrativa faz ecoar vozes, histórias, representações e pensamentos que atravessaram nossos percursos durante esse período. Conversando com as vivências urbanas de Yara na capital gaúcha, nossas itinerâncias se desenrolaram por outras paisagens, em municípios do interior do Rio Grande do Sul e, por vezes, localidades da zona rural. Contextos diferentes, temores compartilhados.

Por isso, a partir das questões que nos mobilizaram, buscamos produzir um ensaio que visa problematizar a relação humano e não-humano frente às diversidades e singularidades das pessoas e dos territórios, lançando nosso olhar para algumas nuances da crise político-ecológica vigente, precipitadas em um episódio de desastre socioambiental. A partir disso, sustentamos uma perspectiva ecofeminista decolonial como lente de análise crítica e interseccional das realidades vivenciadas, atentando especialmente ao lugar das mulheres em contextos de emergências climáticas. Ainda, apostamos em uma composição de reflexões e práxis que abram possibilidades para a construção de novos modos de (co)existir e conviver, ensejando brechas para a reinvenção dos mundos em tempos de crise. Para tanto, considerando também nossa implicação com a temática e nossas inserções

em espaços de acolhimento marcados pelas inundações no Estado, utilizamos como recurso metodológico os registros produzidos em diário de campo³.

A seguir, amparadas pelos aportes teóricos e ético-políticos sublinhados, apresentamos reflexões acerca desse tempo de catástrofes. Sendo caracterizado a partir de diferentes termos — Antropoceno, Capitaloceno — este tempo evidencia os efeitos dos padrões de relação formulados por uma racionalidade moderna, pautada em paradigmas — científico, político, econômico — que reforçam sistemas de exploração da natureza e de grupos humanos específicos.

Desastres socioambientais e as vertigens de uma crise político-ecológica no cotidiano

A ocorrência de desastres socioambientais, de diferentes ordens e magnitudes, não é uma realidade nova. Contudo, talvez a forma como vimos encarando e tomando essas realidades em análise é que seja o ponto crucial para conduzir nossas reflexões e proposições acerca da crise político-ecológica, das emergências climáticas e das relações tecidas nesse espaço-tempo compartilhado que é a trama da vida.

As situações de risco iminente nos afetam de modo a produzir convocações: o que faremos diante disso? Como nos diz Isabelle Stengers (2023), as gerações futuras nos interrogarão: vocês sabiam, e fizeram o quê? Então, como agir diante da intrusão de Gaia? E, não menos importante, como produzir conhecimento frente e sobre esse cenário de múltiplas forças em ação?

Nos intervalos entre eventos extremos, quando alguns acreditam que a situação “acalmou”, a crise político-ecológica e climática continua se apresentando cotidiana e vertiginosamente. Passado um ano, as marcas persistem nos muros das cidades, mas também nas pontes do interior que continuam caídas, na tinta descolando das paredes das casas, nas ruínas à beira do rio, nas memórias que se reacenderam no mês de maio deste ano. Como nos contou uma mulher idosa que teve a casa tomada pela água, “*a limpeza parece incessante*”. Bruno Latour (2020) nos lembra que, a cada dia, há novas formas de se defrontar com essa crise: falta de água, refugiados climáticos, guerras, queimadas pelas florestas, espécies em extinção, poluição do ar, práticas extrativistas que continuam “a todo vapor”. São notícias e vivências que nos interpelam com situações difíceis, tristes e complexas.

Podemos considerar essa crise sob diferentes prismas, sendo eles complementares. Do ponto de vista ecológico, cientistas ambientais, órgãos internacionais e o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2023) alertam para as profundas alterações que o planeta Terra vem sofrendo em sua biosfera ao longo dos últimos séculos, culminando em mudanças cada vez mais visíveis e sensíveis a humanos e não-humanos. Do ponto de vista das ciências humanas e sociais, a dimensão da crise se mostra na constatação de como essas circunstâncias podem intensificar a pobreza, a escassez de recursos, as migrações forçadas, tornando-se um amplificador de vulnerabilidades e violação de direitos (De Labor & Tiburtino, 2025). Se as alterações ditas ambientais interferem nas experiências humanas, precisamos considerar o quanto a ação humana tem sido responsável por tantas alterações no curso da vida terrestre. Como refere Maria Petrucci (2024):

A origem antrópica do aquecimento global é tanto antrópica quanto capitalista e colonial, no sentido de que é sintomática de sistemas políticos de dominação e apropriação de recursos, baseados no culto ao progresso exacerbado em detrimento dos ambientes e na natureza como princípio externo e, portanto, explorável (Petrucci, 2024, p. 26).

Assim, a crise socioambiental contemporânea pode ser entendida como repercussão da racionalidade moderna, ou seja, como desdobramento dos paradigmas — científicos, políticos, econômicos — adotados pela sociedade ocidental que estimulam a ocupação de territórios e captação de recursos às custas da exploração dos ecossistemas e da biodiversidade (Rosa-Silva & Ferreira, 2017). Em outras palavras, essa racionalidade engendra um sistema de produção que vem, desde muito tempo, degradando o meio ambiente e explorando grupos específicos.

No centro da crise ecológica, estão os padrões de relação formulados pelo antropocentrismo, e a gravidade da atual situação não se deve exclusivamente às ameaças de destruição de recursos vitais (como a água, o ar

etc.), mas igualmente a esse projeto de dominação do “homem” — diga-se branco, ocidental, eurocêntrico — sobre a natureza, nutrido pela ideologia do individualismo e da pretensa igualdade de todos. Essa conjuntura tem consequências para a produção das coletividades, uma vez que leva ao desinvestimento do espaço comum e à despotencialização da própria concepção de comunidade (Unger, 2009).

É o que nos mostra Yara, quando precisa sair em busca de água potável para beber e se depara com a falta de valores coletivos, mesmo em um momento em que a sobrevivência está em jogo. É o que também assistimos no desespero das pessoas que tiveram que sair de suas casas, mas não queriam deixar o local vazio, por medo de terem seus poucos e últimos bens saqueados, como também por receio, ainda que inconsciente, de perderem suas raízes, de se distanciarem daquilo que lhes é familiar.

A Psicologia Social Crítica nos ajuda a entender essa dinâmica social complexa. Criamos representações sobre o mundo, a vida e as relações baseadas em dicotomias que separam elementos e os definem hierarquicamente, atribuindo valor a uns em detrimento de outros, não por acaso: sujeito *versus* objeto, indivíduo *versus* sociedade, natural *versus* social (Guareschi, 2012; Gruda, 2016), civilizado *versus* primitivo, corpo *versus* mente, homem *versus* mulher. Moscovici (2007) argumenta que pensamos sempre por meio de classificações, de categorizações, mas estas “implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (p. 37).

Entretanto, percebemos que as diversas facetas da crise político-ecológica, sendo as mudanças climáticas uma delas, desafiam essas fronteiras até então estabelecidas entre Natureza e Sociedade, Natureza e Cultura, Ecologia e Política, Ciências Naturais e Ciências Sociais e Humanas (Hamilton et al., 2015). Expressa por meio de inundações, enxurradas e deslizamentos, por exemplo, essa crise nos desestabiliza, balança as classificações existentes e nos convoca a buscar sentidos em algo não-familiar.

Em vista disso, a noção de Antropoceno — termo proposto para caracterizar uma nova época geológica marcada pelo profundo impacto da interferência humana nas condições geofísicas da Terra (Pádua, 2022) — lança luz sobre alguns aspectos importantes para esta discussão, na medida em que coloca em questão as formas de relação que a humanidade tem estabelecido, seja entre os próprios seres humanos (e dentro desta seara, entre homens e mulheres, entre “maiorias” e “minorias sociais”), seja entre humanos e outras espécies. Neste contexto, interessa-nos atentar especialmente às relações de exploração e opressão que levam à perpetuação (por vezes, naturalizada e invisibilizada) de iniquidades, opressões e violências. Vale salientar, oportunamente, que aí já temos um desafio: quem é a “humanidade” à qual nos referimos?

No caminho dessa indagação, Jason Moore (2022) traz um olhar crítico à noção de Antropoceno, justificando que, ao considerar indistintamente a humanidade como responsável pelos impactos geológicos causados pelas atividades econômicas, os proponentes do Antropoceno não abrem o devido espaço para uma discussão consistente sobre o contexto histórico que permeia as construções sociais e as transformações nas paisagens, bem como as marcas de degradação ambiental. Ainda, segundo ele, a noção do Antropoceno perpetua a dicotomia do binômio Humanidade (ou Sociedade) e Natureza.

Assim, o autor defende a proposta de ponderarmos nossa era como sendo o Capitaloceno, a “Era do Capital”, ainda que não esteja propondo a substituição de um termo por outro. Para isso, apresenta algumas especificidades que são compreendidas no argumento do Capitaloceno: ele denuncia que a história do capitalismo é uma relação entre capital, poder e natureza como um todo orgânico e que o início do capitalismo não pode estar reduzido ao início da revolução industrial e à queima dos combustíveis fósseis. Isso porque se trata de um sistema sustentado em relações de poder e (re)produção baseadas na premissa do dinheiro, incluindo a apropriação de diversas fontes de trabalho e energia, humanas e não-humanas, desde o século XV, especialmente entre os anos de 1450 e 1750, com os processos de exploração feroz dos territórios colonizados pelos europeus, entre eles, as Américas (Moore, 2022).

Partindo dessas considerações, podemos delinear oportunamente a arena política em que nos situamos frente às crises da contemporaneidade: um espaço-tempo gerenciado por forças hegemônicas na tradição ocidental, a saber, ciência positivista, patriarcado, capitalismo, colonialismo, racismo, imperialismo, militarismo. Todos esses regimes refletem os efeitos do seu poder e dominação nas relações sociais, marcando as materialidades e

subjetividades de maneiras profundamente desiguais. Ainda que todas(os) “nós” vivamos no mesmo planeta, as responsabilidades, impactos e consequências têm sido distribuídos de forma injusta entre seres, sujeitos e grupos. Estamos falando sobre diferentes formas de habitar os territórios e de existir em sociedade, sendo que cada vida é intersectada por múltiplos aspectos, como gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social, localização geográfica. Em nossa experiência de atuação durante e após as enchentes, tais marcadores interseccionais se mostraram indelévels. Por isso, sublinhamos a necessidade de ampliarmos nossos debates sobre gênero e ecologia à luz do conceito de justiça climática.

A partir da noção de justiça climática enquanto ferramenta de análise que possibilita reconhecer e atuar considerando que as pessoas não são impactadas da mesma forma pelas mudanças do clima, sustentamos que tais impactos são intensificados em razão das desigualdades sociais (Barreiros et al., 2025). Nesse conceito também está compreendida a necessidade da participação social nos rumos das políticas de mitigação de eventos socioambientais. Em uma caminhada comunitária pela mobilização da população frente ao cenário de emergências climáticas, ocorrida em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, Serena, uma moradora de um bairro atingido pelas inundações declarou: “*queremos encontrar alternativas e soluções para os problemas, mas queremos ficar aqui*” (Notas do Diário de Campo). O relato nos faz refletir sobre o quão imprescindível é escutar e construir com aqueles que são mais intensamente afetados, considerando suas reais necessidades e desejos para os territórios que conhecem e integram. Assim é possível pensar futuros, planejar caminhos e construir políticas mais equitativas que não reproduzam cenários de exclusão.

Considerando ainda tais marcadores, nas situações de desastres e calamidades públicas, a quem cabe o cuidado e a reorganização dos espaços e da vida? Não pudemos deixar de observar que, nos contextos em que estivemos presentes, o grupo de trabalhadores e voluntários era composto majoritariamente por mulheres; o grupo de pessoas que buscava auxílio, para si e para os demais, também. O grupo de professoras era maioria e também de enfermeiras, assistentes sociais, cozinheiras e cuidadoras. Nos abrigos, eram as mulheres que organizavam seus aposentos, gerenciavam as demandas das crianças, limpavam: eram agricultoras, vendedoras informais, faxineiras, safrististas, donas de casa. As vítimas de violências, sabemos, também eram e são, em sua maioria, as mulheres. Como ignorar tal constatação?

A preocupação com a violência foi trazida por uma das mulheres acolhidas no alojamento do município. Esta revelou sua angústia em relação ao uso abusivo de álcool do companheiro que, em razão do estresse causado pelas enchentes, havia voltado a beber. Tendo sofrido violência doméstica anteriormente, ela mostra-se apreensiva com a possibilidade de retornar ao cenário de horror já vivenciado e ainda refere: “*o problema maior é para as crianças, eu não quero que eles assistam tudo isso de novo, não quero que eles passem por isso*” (Notas do Diário de Campo). O que chama nossa atenção é que, mesmo sendo vítima de violência, ela constrói sua narrativa em defesa dos filhos, talvez seja a responsabilidade por eles o que lhe dá, neste momento, forças para continuar. Por hora, ela não consegue legitimar o seu lugar de sofrimento diante dessa situação. Até quando essa dura realidade será tão comum? Que respostas conseguimos construir para que outro futuro seja possível?

Por vezes, a complexidade das questões quase nos leva à paralisia, como se o passado congelasse e não houvesse futuro. Como quando Yara se viu impactada pelas palavras da vendedora de água: “*Vamos todos morrer!*” Sim, todos vamos morrer, em algum momento. Mas a questão é: como viver enquanto estamos vivas(os)? A pergunta ganha tom de convocação. Estamos vivas(os) e precisamos nos haver com a responsabilidade de construir existências possíveis, as nossas e as de quem compartilha desse espaço-tempo conosco. Resistir é também criar (Ghiorzi et al., 2026), reforçam as autoras. De acordo com Roso (2024), mais que criar, é preciso inventar mundos a partir das conexões subjetivas e objetivas entre passado, presente e futuro. Inventar implica não esquecer do que se foi, do que se teve, do que fizeram conosco – é manter a história viva para que ela não se repita.

Como, então, inventar e reinventar novos repertórios de ação frente às crises, que dizem respeito a todos os viventes, mas que são experienciadas de forma diversa por cada pessoa, grupo, espécie, território? Uma pista nos parece indicar alternativas: construir juntos(as) e, especialmente, escutando aqueles(as) mais diretamente afetados(as) pelos efeitos das emergências climáticas.

Assim, temos pensado que um caminho possível para compor essas novas formas de convivência passa

por uma perspectiva ecofeminista decolonial e interseccional de fazer mundos: olhar diferente, interrogar, rever conceitos, aproximar-se das distintas realidades, imaginar (Mignolo, 2017), costurar as diferenças, fazer parcerias, reconectar com o que nos faz pertencer e nutrir potências de vida. É sobre essa perspectiva teórica, ética e política que pretendemos discorrer no próximo tópico, articulando contribuições feministas, ecofeministas e decoloniais que norteiam nossas reflexões e nos inspiram a seguir em frente.

Uma perspectiva ecofeminista decolonial e interseccional: caminhos possíveis para (co)existir

Diante das questões apresentadas, percebemos o quanto um evento extremo — as inundações — escancara a indissociabilidade entre estruturas opressoras — como o racismo, o sexismo, o patriarcado, entre outras - e o modo de organização social capitalista, com suas facetas de destruição da natureza e subjugação daqueles que estão à margem dos sistemas hegemônicos de poder. Nesse sentido, a perspectiva ecofeminista decolonial e interseccional corrobora com a abertura de uma lente de análise para além da identificação e problematização das desigualdades sociais, revelando caminhos pelos quais possamos atuar e resistir diante do cenário de catástrofes político-ecológicas (Gain, 2025).

A partir de uma concepção geral, o feminismo pode ser definido como um movimento emancipatório contra a opressão patriarcal (Puleo, 2019). Já o patriarcado consiste em um sistema histórico de organização das relações sociais no qual os espaços discursivos de poder (político, econômico, religioso e militar) são ocupados exclusiva ou majoritariamente por homens, levando à opressão das mulheres (Lerner, 2019). Dentro da perspectiva feminista, trata-se de um sistema de dominação androantropocêntrica que dita normas e comportamentos esperados, destinando uma posição inferior e de subjugação às mulheres (Puleo, 2019). Assim, o movimento feminista, que nasce com o objetivo de questionar esse sistema e lutar pela igualdade de direitos às mulheres, desdobra-se em diferentes correntes, práticas e construções teóricas.

Dentro desse contexto, na articulação entre gênero, feminismo e ecologia, surge a perspectiva do ecofeminismo, que ganha notoriedade a partir de movimentos sociais e protestos contra a destruição do meio ambiente, instigados inicialmente pela repetida ocorrência de desastres ecológicos. Trata-se de um corpus teórico e movimento político nascido no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, bebendo das influências de outros movimentos — feminista, pela paz e pela ecologia — com a prerrogativa de afirmar a integridade de todos os seres (Mies & Shiva, 2021).

Torna-se importante frisar que não se trata de um ecofeminismo, mas da existência de múltiplas vozes e trajetórias ecofeministas. Enquanto abordagem diversa e plural, busca articular teoria e práxis para problematizar as relações humanas com outros animais e com a natureza, bem como produzir uma análise crítica da realidade e “propor saídas para o não-lugar ocupado pelas minorias políticas ainda assentadas em toda sorte de dominações e exclusões” (Rosendo et al., 2019).

Com o intuito de nos sensibilizar para o papel determinante do patriarcado no cotidiano, Eliane Brum, jornalista e ativista climática, em um de seus escritos para a Sumaúma, plataforma de jornalismo independente (@sumaumajornalismo), produz um impacto com sua denúncia: “*Aquele que estupra as mulheres também estupra a floresta*”. Na coluna publicada dia 29 de junho de 2024, a jornalista nos convida a refletir quanto ao Projeto de Lei sobre o Estupro no Brasil, bem como a problematizar as bases dos eventos climáticos extremos, como as inundações no Rio Grande do Sul e outros inúmeros crimes ambientais, como as queimadas no Pantanal e o desmatamento na Amazônia. Referindo-se ao patriarcado, ela explica:

Essa situação de desigualdade, vulnerabilidade e injustiça que atinge mais da metade das pessoas humanas não é ‘natural’, mas uma relação de poder que atravessa gerações como se fosse uma realidade imutável. E, assim apresentada e perpetuada, determina nossos dias. E determina a nossa forma de nos relacionar com a Natureza (Brum, 2024).

Neste pequeno trecho, já podemos entrever as bases necessárias para justificar a importância de uma abordagem feminista na construção dos mundos — das relações, das subjetividades, das práticas sociais, do conhecimento científico. Assim, Eliane Brum traz um tom de apelo para aquilo que é apresentado e desenvolvido por Maria Mies e Vandana Shiva (2021): as estruturas do patriarcado capitalista sustentam-se em um modelo político e econômico voltado para o “crescimento”, às custas da dominação e da violência contra a natureza, as mulheres e outros grupos subalternizados. Segundo as autoras, a apropriação de recursos, essencial para o desenvolvimento almejado e vendido pelo capitalismo, gera uma cultura de exploração, que elas nomeiam “cultura de estupro”.

Essa exploração fica evidente se olharmos de modo crítico para a organização da vida na sociedade ocidental, a cada dia que o sol se levanta. Como repetição de uma cena corriqueira no cotidiano, assim se configuraram os espaços dos abrigos municipais para os desalojados pelas enchentes, em que coube às mulheres a maior parte do trabalho reprodutivo, corroborando com o que explica Federici (2017) em relação às atividades necessárias para manter a vida. Nessa esteira, Françoise Vergès (2020) atenta para a invisibilização dessa realidade e, reforçando uma perspectiva decolonial e interseccional, sinaliza, em especial, o trabalho das mulheres racializadas que, irônica e tristemente, sustenta a lógica capitalista. Invisíveis aos olhos da maioria que circula pelas ruas, elas “abrem a cidade” (Vergès, 2020, p. 23).

Uma das premissas do ecofeminismo é que os recursos relacionados às mulheres e à natureza estão estruturalmente interconectados no sistema patriarcal capitalista (Salleh, 2021). Podemos mencionar: corpo, cuidado, reprodução, proteção, subsistência, ancestralidade, nutrição, trabalho, energia, potência, regeneração. Atributos e condições que, por vezes e sob diferentes estratégias, tornam-se “peças” de apropriação desse sistema dominante. Isso porque, como explicam Mies e Shiva (2021), a transição histórica das sociedades primitivas para as sociedades de classes se desenvolveu acompanhada de processos violentos que levaram à exploração do trabalho, na qual a subordinação de gênero e a classificação quanto à raça e etnia são elementos centrais.

Soma-se a esse contexto o avanço do capitalismo, um modelo econômico moldado pela política de determinado gênero e determinada classe. Nesta lógica, onde impera o “valor” que importa à economia de mercado, “o limite de produção ignora o valor econômico nas duas economias vitais necessárias para a sobrevivência ecológica e humana: a economia da natureza e a economia do sustento” (Mies & Shiva, 2021, p. 26). Assim, a produção para o sustento (de subsistência) é considerada, no sistema do capital, como não produção. Atentando-se a essas inter-relações, o ecofeminismo ajuda-nos a compreender em que medida as crises financeiras e socioambientais têm a ver com gênero (Gain, 2025).

Concomitante a essas condições que caracterizam a sociedade ocidental contemporânea, a vertente ecofeminista destaca ainda o papel desempenhado pelas estruturas de pensamento dicotômicas, provenientes do paradigma científico moderno, de herança cartesiana, que propõe a cisão entre mente e corpo, como também sustenta a separação entre humano e animal, cultura e natureza, físico e mental (Rosendo et al., 2019; Puleo, 2019). Essa forma dominante de pensar e produzir conhecimento incide sobre a organização da natureza e do viver, já que a divisão dualista de reinos aniquila com as possibilidades de continuidade e interlocução, de entrosamento entre tais instâncias (Moore, 2022). De acordo com esse paradigma antropocêntrico, o ser humano é visto como detentor e possessor da natureza que pretende, cada vez mais, dominar e controlar.

Tal corrente epistemológica hegemônica responde a uma lógica reducionista que atende às necessidades de uma forma particular de organização política e econômica, dedicando-se a reduzir ecossistemas complexos em componentes “úteis” para o sistema (por exemplo, a floresta em madeira, a madeira em celulose etc.), provocando prejuízos que se refletem nas emergências climáticas atuais (Moore, 2022). Essa perspectiva também reduz a capacidade de conhecer a natureza ao excluir outras figuras de conhecimento e outras formas de saber (Mies & Shiva, 2021; Mignolo, 2017).

Na contracorrente, o ecofeminismo enquanto perspectiva crítica de abordagem da realidade, além de interrogar esses modos dominantes de vida como única realidade possível, propõe a conexão intrínseca entre cultura e natureza, a composição de mundos plurais, onde a multiplicidade de vidas tenham direito à existência, para além de sua utilidade no sistema do capital. Por isso, reconhece a interdependência entre as espécies e defende a organização de pactos de ajuda mútua como forma de revolução para as relações (Puleo, 2019). Neste sentido, propõe também uma revalorização das virtudes do cuidado, entendendo-o enquanto uma ética — a ética do cuidado — que se constitui como um dos valores humanos, mas que historicamente acaba sendo

representado e conduzido majoritariamente pelas mulheres e desvalorizado pela lógica capitalista (Puleo, 2019), como assistimos na situação dos abrigos temporários durante as enchentes e como temos visto há muito tempo na organização da dinâmica social, através da perpetuação da feminização do cuidado (Renk et al., 2022).

Estabelecendo um diálogo das ideias ecofeministas com abordagens do feminismo decolonial, entendemos que tais movimentos não podem ser isentos (ou ingênuos) diante de processos históricos e sociais de opressão e violência, perpetrados especialmente pelos flagelos da colonização e da escravidão (Vergès, 2020). As perspectivas feministas decoloniais e interseccionais, ao estudarem o complexo racismo/sexismo/etnicismo que impregna as relações de dominação, evidenciam uma política de vidas descartáveis sustentada por esse projeto colonial (Vergès, 2020; Ferdinand, 2022). Como exemplo, durante as inundações no Estado, podemos mencionar a falta de água, que se tornou paradoxal: quem eram as pessoas que poderiam ter acesso à água potável? Assim, se atualiza essa política, como constatado por Yara, em que os valores e interesses individuais prevalecem ante as necessidades coletivas. Ainda, a falta de água potável em uma situação de calamidade só faz evidenciar as desigualdades que assolam parte significativa da população que, mesmo em dias comuns, sofre para ter acesso a esse recurso básico para sua sobrevivência.

Além disso, essas relações de dominação refletem também um sistema de gênero moderno/colonial que se impõe como absoluto e desconsidera outras formas de ser e estar no mundo, como as cosmologias e organizações sociais indígenas e africanas (Lugones, 2020). Por esse motivo, a perspectiva feminista decolonial sustenta uma crítica à universalização da ideia de “mulher” tal como formulada pelo feminismo hegemônico liberal e branco, já que nem todas as mulheres foram construídas como “mulheres” no sistema colonial - mulheres de cor, negras e indígenas foram “animalizadas”, objetalizadas (Lugones, 2019).

Portanto, as abordagens feministas decoloniais rejeitam fórmulas teóricas e práxis que segmentam os fenômenos e, como alternativa, propõem uma leitura da realidade que reúna os aspectos multidimensionais que interferem na maneira como as pessoas podem ou não organizar suas vidas e, com isso, suas relações e subjetividades. Ao contribuir para reconhecer as distintas realidades das mulheres ao redor do mundo, essa análise integrada permite construirmos ações e políticas sensíveis às especificidades das diferentes mulheres e(m) seus territórios, contemplando a intersecção entre direitos econômicos, culturais, políticos, reprodutivos e ambientais (Gonzales, 2020; Lorde, 2019; Vergès, 2020). Ainda, essas perspectivas apoiam-se na longa história de luta das ancestrais, especialmente no Sul global, reacendendo a memória dessas lutas precedentes.

Diante dessas considerações, acreditamos na convergência do pensamento decolonial e das proposições ecofeministas para aprofundarmos nossa análise crítica da realidade contemporânea frente à crise político-ecológica vigente. Acima de tudo, apoiamo-nos nessa convergência para avançarmos na composição de percursos de ação — luta, resistência, partilha, cooperação — que considerem a interface gênero, ecologia, capitalismo e colonialidade (Gain, 2025) para a reinvenção dos modos de existir e conviver.

As cidades, bairros, localidades, são territórios de disputa, tanto na capital, como no interior. Deparamo-nos com isso a todo instante e, no contexto da crise político-ecológica, essas disputas ganham novos contornos. Assim, o pertencimento enseja o seu protagonismo nas proposições para um outro futuro. Na caminhada comunitária em defesa do bairro, Serena, que se diz “*nascida e criada aqui*” (Notas do Diário de Campo) — como ela mesma referiu — em uma região constantemente afetada pelas inundações, foi escolhida para fazer a fala de abertura do percurso, e não poderia ser diferente. Mulher, mãe, avó, trabalhadora, estudante, referência comunitária: sua narrativa dava notícias das existências entrelaçadas àquele território, dos laços construídos, das relações e referências compartilhadas, das memórias de infância nutridas ao longo do tempo. Esse já seria um primeiro ponto a destacar: escutar a história de um território desde a perspectiva de quem ali vive é paradigmático, porque nos retira do centro da narrativa e reposiciona todos os lugares discursivos. Ali quem sabe é ela, são elas, são eles. Ela é quem pode contar, e assim somos inspiradas pela potência coletiva da comunidade para pensar políticas públicas e iniciativas que garantam a vida e promovam dignidade.

Dessa forma, entendemos que a esperança pode ser nutrida no cotidiano, quando dialogamos com as pessoas, testemunhamos suas dores, validamos seus direitos, escutamos e construímos com elas alternativas — estruturais e simbólicas — para continuarem habitando seus territórios de pertencimento. Sendo assim, nesse escrito, apostamos na costura da Psicologia Social Crítica aliada a uma perspectiva ecofeminista decolonial

como arcabouço teórico e posicionamento ético-político, como lente de análise interseccional das realidades, mas especialmente, enquanto práxis que investe e acredita na reconstrução das relações dos seres humanos e da sociedade como parte da natureza. Acreditamos, ainda, na potência da interação dialógica entre as diversas integralidades orgânicas e simbólicas (humanas e não-humanas) que compõem, inevitavelmente, uma rede de (con)vivências em nosso habitat — a Terra.

Provocações inacabadas para um presente possível e um futuro alterno

As inundações vivenciadas no Rio Grande do Sul em 2024 nos compeliram a lidar com as emergências da crise político-ecológica que configura o cenário atual. Implicadas por essas questões, construímos reflexões e provocações que possam nos conduzir por outros caminhos em busca de um futuro que rompa com o modo hegemônico de organização social exploratório e predatório. Nessa trilha, buscamos escutar e aprender no encontro com aquelas mulheres, como Yara e Serena, que puderam narrar suas experiências e caminhar sobre as ruínas, apesar das dificuldades desencadeadas por essa crise e intensificadas pelos marcadores interseccionais que atravessam suas existências.

Por isso, contar com balizadores ecofeministas decoloniais nesta trajetória pode ser uma maneira responsável e comprometida de ampliarmos nossos horizontes de análise e compreensão acerca de problemáticas que vêm clamando por nossa atenção na contemporaneidade, trazendo novos elementos para compor os debates sobre gênero, ecologia, justiça social e suas intersecções, numa perspectiva crítica, ética e política.

A perspectiva ecofeminista decolonial serviu como arcabouço analítico e prático fundamental para compreender e resistir às opressões interconectadas, tais como racismo, sexismo e patriarcado, que tanto estruturam a dinâmica colonial, capitalista, neoliberal da sociedade, como perpetuam a destruição da natureza e a subjugação dos grupos marginalizados. Ainda, por reconhecer as ligações estruturais entre a exploração de mulheres e da natureza, destaca como o patriarcado capitalista apropria-se e desvaloriza aspectos tradicionalmente associados às mulheres (como cuidado, reprodução e subsistência), reforçando múltiplas e sobrepostas formas de dominação. Dessa maneira, o pensamento ecofeminista, decolonial e interseccional, aliado à Psicologia Social Crítica, fundamenta-se num compromisso ético-político para reinventar formas de convivência e promover relações de sustentação mútua entre todos os seres na Terra.

No ensaio, buscamos questionar formas de pensar dicotômicas herdadas dos paradigmas científicos modernos ocidentais, que separam natureza/cultura, humano/animal e corpo/mente, justificando, assim, relações exploratórias e excluindo epistemologias alternativas. Em contraste, advogamos por uma abordagem sensível, integral e relacional - valorizando a interdependência entre todas as formas de vida (humanas e não-humanas) e reconhecendo a ética do cuidado como central para a transformação social e ecológica.

Ao aproximar o ecofeminismo das vertentes feministas decoloniais, ficamos atentas às realidades vividas e às especificidades das diferentes mulheres, especialmente daquelas sistematicamente marginalizadas por hierarquias coloniais e raciais. Apostamos na invenção de formas de narrar as vertigens, costurar as vidas e tecer relações: essas são pistas para uma práxis — epistemológica e política — que nos auxilia nesta trajetória incerta, mas necessária, de conceber e construir novas maneiras de fazer mundo, singular e coletivamente.

Retomando o desabafo da mulher que trazemos na introdução, quando refere que “*A água levou tudo*”, temos ciência de que, na realidade do nosso Estado, as águas levaram muitas coisas. Mas seus efeitos ficaram. Ainda ecoam, reverberam. Habitam e fazem parte de nós. Ao mesmo tempo que as águas levam, elas também lavam tudo, para que ali, ante traumas, estas mulheres possam se reinventar. No entanto, como fica o que as águas não levam? Se muito se foi, é preciso atentar ao que resiste. Memórias, afetos, narrativas, coletividade, pertença, vínculos, solidariedade, senso crítico, potencial germinativo, tudo isso que também é fundamental para continuarmos caminhando juntas, em companhia. Sabemos que muito já foi feito, mas ainda resta muito a elaborar. Resta tanto a fazer: precisamos apostar no enlace das existências, das coletividades e dos espaços comuns para podermos (co)existir, (con)viver. As águas não podem levar nosso ímpeto de criar, nossa possibilidade de imaginar, desejar e reinventar outros futuros. Aí reside nossa força transformadora e revolucionária.

Para finalizar, queremos apontar algumas dificuldades, preocupações e cuidados que precisam ser

considerados quando tecemos reflexões utilizando perspectivas teóricas complexas para tratar daquilo que é mais complexo ainda: a humanidade (ou talvez, a representação da não-humanidade construída para fins de subjugação e dominação). Apesar de propormos uma abordagem interseccional e plural, continua sendo difícil não “cair” na generalização da experiência das mulheres. Tentamos superar essa fragilidade sugerindo a necessidade de olhar para realidades diversas e territoriais. Entretanto, será preciso ampliar exemplos para outros contextos, inclusive comparar com inundações e eventos socioambientais em outros países latino-americanos, atentando para cosmologias indígenas e africanas, de modo a observar as contradições, tensões, críticas internas entre diferentes grupos subalternizados ou com críticas ao essencialismo de gênero. Mesmo quando as águas levam tudo, elas em si não desaparecem; a natureza se encarrega de “fazê-las aparecer” em outras localidades do Sul Global. A natureza fala, denuncia, clama, e são as mulheres as suas mais fiéis porta-vozes.

Referências

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2025). *As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente*. Brasília, Brasil: ANA. https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/107692.
- Barreiros, R., Betti, L., Oliveira, M., Alves, L., Ouro, A., & Felin, B. (2025). Entenda o que é justiça climática. *WRI Brasil*. <https://www.wribrasil.org.br>.
- Cauquelin, A. (2011). *No ângulo dos mundos possíveis*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora.
- Gain, K. (2025). Decolonial ecofeminism: a paradigmatic contribution to critical research of gender, ecology and coloniality. *Journal of Gender Studies*, 1-12. DOI: 10.1080/09589236.2025.2489582.
- Ghiorzi, B., Pires, K., & Tomasi, M. (2026). Entre margens e muros: Quando o rio vira nossa rua. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026008. DOI: 10.22456/2238-152X.149608
- Gonzales, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Gruda, M. P. P. (2016). Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 514-526. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/19.pdf>.
- Guareschi, P. (2012). *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS.
- Hamilton, C., Bonneuil, C., & Gemenne, F. (2015). Thinking the Anthropocene. In C. Hamilton, C. Bonneuil, & F. Gemenne (Eds.), *The Anthropocene and the global environmental crisis: rethinking modernity in a new epoch* (pp. 1-14). New York, United States: Routledge.
- Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. (2023). *Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Pacto Global da ONU no Brasil. www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf.
- De Lavor, A., & Tiburtino, G. (2025). Quem mais sofre com as mudanças climáticas? *Radis Comunicação e Saúde*, 268, 20-29. <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/direitos-humanos/quem-mais-sofre-com-as-mudancas-climaticas/>.
- Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conferências sobre natureza no Antropoceno*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora.
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo, Brasil: Cultrix.
- Lorde, A. (2019). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.
- Lugones, M. (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.

- Mendoza, B. (2014). *Ensayos de crítica feminista en nuestra América*. Barcelona, España: Editorial Herder.
- Mies, M., & Shiva, V. (2021). *Ecofeminismo*. Belo Horizonte, Brasil: Editora Luas.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (5a ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Moore, J. W. (2022). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Pádua, J. A. (2022). Localizando a história do Antropoceno: o caso do Brasil. In D. Danowski, E. Viveiros de Castro & R. Saldanha (Orgs.), *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro, Brasil: Machado.
- Petrucchi, M. (2024). *O Antropoceno: da crise climática à crise de pensamento*. Porto Alegre, Brasil: Editora Contratempo.
- Renk, V. E., Buziquia, S. P. & Bordini, A. S. J. (2022). Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 30(3), 416-423. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230030228>.
- Rosa-Silva, P. O., & Ferreira, L. C. S. (2017). Crise socioambiental: perspectiva histórica e crítica da racionalidade moderna e dos meios de produção capitalista. *Organizações e Sustentabilidade*, 5(2), 3-28. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/29991>.
- Roso, A. (2024). Introdução: É preciso ter um “dom” para tornar-se Psicóloga? In Roso, A. (org.), *Afinal, o que é tornar-se psi? Testemunhos de Alteridade, Escuta e Desejos. Um livro para quem está pensando em cursar psicologia ou para pessoas curiosas sobre psicologia*. 1.ed. (Série Psicologia Clínica Social, v.2), pp.19-26. Ed. Dos Autores.
- Puleo, A. H. (2019). *Claves ecofeministas. Para rebeldes que aman a la Tierra y a los animales*. Madrid, España: Plaza y Valdés.
- Stengers, I. (2023). *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.
- Unger, N. M. (2009). Crise ecológica e a deserção do espaço comum. *Educação & Realidade*, 34(3), 147-156. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9542>.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora.

Contribuição dos Autores

Conceitualização: A.G.D.

Redação do manuscrito: A.G.D.; J.F.D.; A.R.; C.S.G.

Análise dos dados: A.G.D.; J.F.D.

Revisão e edição: A.G.D.; J.F.D.; A.R.; C.S.G.

Enviado em: 11/08/2025

Aceito em: 14/12/2025

Como citar:

Dornelles, A. G., Roso, A., Dreissig, J. F., & Gonçalves, C. S. O que as Águas não levam? Inspirações ecofeministas decoloniais para coexistir em Tempos de Crise. *Rev. Polis e Psique*, 2025, 16: e026006.

Financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio do MCTI | CNPq (Processo: 442048/2023-8) - Projeto em cooperação com comprovada articulação internacional intitulado "Violências contra mulheres latino-americanas: um estudo transcultural à luz da Teoria das Representações Sociais e dos Estudos de Gênero" e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.